

A atuação dos aparelhos privados de hegemonia na formação continuada dos professores da Educação Básica

Medeiros, Danyela Martins ¹

Cruz, Shirleide Pereira da Silva ²

RESUMO

Este texto discute a expressiva expansão de instituições de interesses privados na formação de professores da rede pública. Como metodologia realizamos análise bibliográfica e sistemática de três pesquisas que tiveram como foco analisar a presença de aparelhos privados de hegemonia –APH, sua relação com a educação e mais, marcadamente, com a formação docente. Como principais resultados apontamos um projeto hegemônico de formação com movimentos de ordem privada sobre o interesse público (privatização). As estratégias são a atuação dos APH em rede, na construção da legislação sobre as parcerias público-privadas na educação, alcançando assim, a gestão escolar, currículos, produção de material didático, *lôcus* de formação, sistema de avaliação e reconfigurando formação continuada. Conclui-se que o foco das ações formativas vindas das parcerias entre o setor privado e o público são os professores, em sua formação continuada, através de estratégias de privatização e da prerrogativa de manutenção de uma hegemonia neoliberal.

Palavras-chave: aparelhos privados de hegemonia; formação docente; privatização.

The role of private apparatuses of hegemony in the continuing education of Basic Education teachers

ABSTRACT

This text discusses the expressive expansion of institutions of private interest in the training of public school teachers. As a methodology, we applied a bibliographical and systematic analysis of three studies that focused on analyzing the presence of private apparatuses of hegemony and their relationship with education and, emphatically, with teacher training. As main

¹ Universidade de Brasília. Doutoranda em Educação na linha Profissão Docente, Currículo e Avaliação - PDCA/PPGE (2020), na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professora dos Anos Iniciais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde 2003. Email: danyelamedeiros@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0159031221556347>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5267-2517>.

² Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professora Associada da Universidade de Brasília no Departamento de Planejamento e Administração. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre atuação e formação do professor/Pedagogo- GEPFAPE e Integra como formadora o Centro de Estudos em Educação e Linguagem da (UFPE). Email: shirleidecruz@unb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4975489827151936>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4639-8400>.

results, we point out a hegemonic project of formation with movements of private order on the public interest (privatization). The employed strategies are the performance of the APH network in the construction of legislation on public-private partnerships in education, thus achieving school management, curricula, production of didactic material, training locus, evaluation system, reconfiguring continued training of teachers. The conclusion is that the teachers are the focus of training actions coming from partnerships between private and public sectors, by their continuing education, through privatization strategies and the prerogative of maintaining neoliberal hegemony.

Keywords: private apparatuses of hegemony; teacher training; privatization.

El papel de los aparatos hegemónicos privados en la formación continua de docentes de Educación Básica

RESUMEN

Este texto discute la expansión expresiva de instituciones de interés privado en la formación de maestros de escuelas públicas. Como metodología, realizamos un análisis bibliográfico y sistemático de tres estudios que se centraron en analizar la presencia de aparatos privados de hegemonía – APH, su relación con la educación, más marcadamente con la formación docente. Como principales resultados señalamos un proyecto hegemónico de formación con movimientos de orden privado sobre el interés público (privatización). Las estrategias son la actuación de los APH en red, en la construcción de la legislación sobre alianzas público-privadas en educación, logrando así la gestión escolar, currículo, producción de material didáctico, sitio de formación, sistema de evaluación y reconfigurando la formación continua. Se concluye que el foco de las acciones de formación provenientes de alianzas entre los sectores público y privado son los docentes, en su formación, a través de estrategias de privatización y la prerrogativa de mantenimiento de una hegemonía neoliberal.

Palabras clave: aparatos privados de hegemonía; formación de profesores; privatización.

INTRODUÇÃO

A distinção entre os papéis e interesses do público e do interesse privado na educação são pontos fundamentais para entendermos as “parcerias” estabelecidas entre ambos. A educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento dos estudantes, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art 2º Lei nº 9.394/1996). Segundo Robertson, Mundy, Verger e Menashy (2012), a categoria do privado na educação pode incluir atores como as famílias, organizações sem fins lucrativos, grupos de cidadãos, entidades religiosas e outras organizações dependentes de financiamento público. Assim como, negócios com fins lucrativos, cada um com diferentes motivações e relações com o Estado e com o mercado.

Com a Nova Gestão Pública e a viabilidade de privatização no Estado, foram sendo construídas uma maneira ideológica e discursiva que justifica a ineficiência do Estado e enaltece o gerenciamento privado. Anderson (2017), descreve três estágios não lineares de degradação do setor público. A primeira é quando o setor público é desestabilizado através de um discurso de escárnio e ridicularização minando assim sua credibilidade. Em seguida, o desinvestimento e transferência de recursos no setor público e, por último, o processo de mercantilização que reorganiza o serviço público, as relações sociais e processos públicos em formas mensuráveis e comercializáveis criando novos mercados que atraem fornecedores privados, criando alternativas de atividades comerciais para os chamados “empreendedores sociais” (Anderson, 2017, p.209). Cada vez mais, a educação vem se tornando um negócio rentável e com isso um “novo profissionalismo” se configura com a mudança de noções de parceria, colegiado, critério e confiança para níveis crescentes de gerencialismo, burocracia, padronização, avaliação e revisão de desempenho (Evetts, 2011, p.40). Essa mudança ocorre devido aos profissionais mais antigos serem mais gerenciados, controlados externamente e tendo a sua autonomia limitada, o que Evetts, (2011) contrasta com o profissionalismo organizacional ou profissionalismo de cima e o profissionalismo ocupacional ou profissionalismo de dentro com mudanças de valores profissionais para valores gerenciais.

Devido ao fato dos/as professores/as das escolas públicas serem maioria servidores do Estado é possível que, por esse fato, possam exercer com maior autonomia assumindo maior controle sobre seu trabalho. Porém, com as reformas gerenciais do Estado dos últimos anos esse aspecto vem se modificando e aderindo a novas formas de controle do trabalho, com prestação de contas, responsabilização individual e alcance de metas e desempenho como resultado principal de seu trabalho. Além disso, o momento de concepção e execução normalmente são desconectados do trabalho do professor, pois a formação na perspectiva gerencial é orientada ao treinamento para aplicação das delimitadas “boas práticas” advindas de agentes externos, cabendo ao docente apenas a sua execução. Assim, entendemos que a



profissionalização docente encontra-se sob o interesse privado nas mediações de formação na educação pública

A categoria de professores se mostra central para o projeto hegemônico que situa a qualidade de ensino dependente de um profissional, no caso, o professor de “qualidade” a partir de uma relação direta e sem as devidas mediações, entre trabalho docente e desempenho dos alunos nas avaliações de larga escala. Assim, a justificativa globalizada sobre a formação de professores se apoia na ideia de que os países mais bem posicionados em *rankings* de desempenho de alunos são aqueles que investiram na formação docente. Para isso seria imprescindível criar um consenso que a responsabilidade sobre a qualidade de ensino é centrada nos professores. E ainda, que só com ações coletivas que envolvam o público e o privado, toda a sociedade civil, será possível enxergar os horizontes para a qualidade na educação.

A partir dessa conexão entre o público e o privado orientamo-nos pelo conceito gramsciano de “aparato egemonico”, que em sua tradução feita por Coutinho (2003) acrescenta o termo “privado” e nos apresenta como Aparelhos Privados de Hegemonia – APHs, no qual o conceito se baseia em entender a sociedade civil como parte do Estado, reconhecendo que as iniciativas sociais e políticas mais relevantes não emergem de organismos políticos, mas de organismos privados ou relativamente desconhecidos da alta burocracia (Hoeveler, 2019).

Os Aparelhos Privados de Hegemonia incluem os organismos supranacionais e originam-se de diferentes naturezas jurídicas e designações: organizações sociais, organizações não-governamentais, fundações e institutos sociais ligadas a instituições financeiras ou empresariais, grupos editoriais, entidades confessionais ou filantrópicas e outras inúmeras denominações. No caso da educação, essas associações entre o capital e o Estado têm avançado para sua atuação na educação básica a partir dos anos 2000, mas já com uma forte consolidação no ensino superior (Evangelista; Seki; Souza; Tilton; Avila, 2019; Freitas, 2018).

Ao afirmar que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, Gramsci (2001) faz uma indicação da grande relevância da educação para os APH que se mostram cada vez mais atuantes e interessados também na educação pública básica e na formação de professores.

Tais aparelhos aparecem em grande quantidade e atuam na sociedade civil e sociedade política com função estratégica de responsabilidade

empresarial e social. A denominada ONG Todos pela Educação seria o principal APH que está presente no cenário brasileiro que tem se capilarizado em estados e municípios apresentando uma proposta de formação docente fundada em princípios neoliberais e de ordem empresarial. A seguir destacaremos a ação em rede da Todos pela Educação conjuntamente com outros APHs na formação dos professores de Educação Básica.

Metodologia

A partir da expansão expressiva desses APHs para o interior das redes públicas de ensino, estabelecemos como questões problematizadoras: quais são os Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam sobre a formação dos professores da Educação Básica na esfera estadual? Em quais estados estão presentes? E, por último, quais estratégias utilizam para a formação docente?

Entendendo como movimento, conforme o método materialista histórico e dialético, de sucessivas aproximações com nosso objeto (Neto, 2011, p.28), identificamos três pesquisas para análise, sendo duas do campo de formação de professores e a outra uma pesquisa censitária a partir de dados dos entes privados. Portanto, usamos como metodologia análise bibliográfica e sistemática de três pesquisas. A primeira pesquisa de Olinda Evangelista (2021), sintetizada no artigo, “De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil”; a segunda do Censo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE³ 2020 ; e a terceira pesquisa interinstitucional realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), publicada em 2021 e realizada no período de 2005 a 2018, mapeia organizações privadas com atuação na educação, em especial, nas dimensões de oferta, gestão e currículo em todas as unidades da federação.

Cada fonte de dados utilizada mostrou resultados que contribuíram para a identificação tanto as instituições privadas que atuam sobre a formação do docente da Educação Básica, via parcerias institucionais, quanto a sua localização nos estados e também suas estratégias de atuação indicando como tem se apresentado elementos de profissionalização nas mediações da formação e trabalho docente público

³ Trata-se de uma plataforma de fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil, uma rede com mais de 160 associados que, somados, aportaram R\$ 5.3 bilhões em investimento social no ano de 2020.

A primeira pesquisa analisada reconheceu os principais Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam sobre a formação de professores com destaque aos ligados a ONG Todos pela Educação - TPE, por sua estreita relação com o Estado nas definições das políticas para a Educação Básica e suas relações orgânicas com setores da burguesia. Em sua pesquisa Evangelista (2021) mapeou a partir do APH Todos pela Educação em torno de 1500 instituições que tinham alguma relação com a ONG, entre essas, identificou-se 42 Aparelhos Privados de Hegemonia que tratam da formação docente.

A maior parte das sedes desses APHs estão localizados no estado de São Paulo seguido de Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia. Dos APHs encontrados a autora organizou de acordo com o grau (vide Quadro 1) de aproximação desses APHs com a ONG Todos pela Educação. Os parceiros do TPE se localizam no 1º grau e permanecem em todas as outras sequências da rede.

A segunda pesquisa intitulada “Censo GIFE 2020” indicou dos 97 associados que atuam na área de educação, 09 expressam como missão ou expõe como atuação a formação de professores da Educação Básica. Entre os associados do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), estão os que atuam na área da educação e em especial na formação de professores e ou educadores.

A terceira pesquisa na qual articulamos os dados sobre a presença dos APHs na formação de professores foi uma pesquisa interinstitucional do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), na qual aponta a privatização como qualquer movimento de ordem privada sobre o interesse público e na educação se concentra em três dimensões: na oferta, na gestão e no currículo. Voltamos nosso olhar apenas para as dimensões de gestão e currículo pois estão relacionadas diretamente ao trabalho e formação docente. Já a oferta relaciona fatores de concentração de matrículas de estudantes.

Análise e discussão dos resultados

A partir da análise dos dados publicizados por essas instituições e pesquisadores, articulamos os dados das três pesquisas e pudemos traçar um caminho para identificar estratégias pensadas para a formação de professores da Educação Básica nos estados da federação advindas dos Aparelhos Privados de Hegemonia.

Nos últimos anos, as parcerias público-privadas na educação têm gerado amplas discussões em torno das questões como objetivos, propósitos, mecanismos, estratégias, status e dimensões de atuação. Além disso, do porquê do interesse das parcerias público-privadas como ferramenta de gestão tem sido favorecido pelos governos, empresas e organismos internacionais (Robertson e Verger, 2012). O que aparenta ser uma relação amigável em favor de melhorar a qualidade de educação, guarda, na verdade, uma relação desigual na gestão e condução dessas parcerias que são fortalecidas pelo Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal. Robertson e Verger, (2012) explicam essa privatização *no* governo e não *do* governo, que tem por justificativa a Nova Gestão Pública que desde a década de 1990 pressentia ser mais eficiente e produtiva com menos recursos e que, portanto, a administração pública "habitualmente utiliza recursos de novas maneiras para maximizar a produtividade e eficácia" (Osborne & Gaebler, 1992, p. 35).

Segundo Evangelista (2021) o foco das ações formativas são os professores por serem eles obstáculos para uma reforma educativa e a cooptação ou reconversão é necessária para a transformação dos docentes em "protagonistas", multiplicadores e executores de um determinado pensamento que não corresponde os seus interesses de classe proletária e tem o objetivo de tornar os professores difusores do ideário burguês, contribuindo para a reprodução material e ideológica do capitalismo mantendo sua hegemonia.

A pesquisa de Evangelista (2020) indicou 42 instituições privadas com atuação na formação de professores e a autora as organizou numa rede em quatro graus distintos conforme a aproximação com o a ONG Todos pela Educação:

Quadro 1 - Aparelhos Privados de Hegemonia com atuação na formação docente

1º Grau	Fundação Lucia e Pelerson Penido (Flupp); Fundação Vale Fundação Roberto Marinho; Fundação Educar D'Paschoal Instituto Natura; Fundação Lemann e Instituto Península.
2º Grau	APAE/SP; Instituto Jô Clemente; Centro de Excelência e inovação em Políticas Educacionais da FGV; CENPEC Centro Integrado de Estudos e Programas de desenvolvimento Sustentável (Cieds); Associação Nova Escola; Associação Parceiros da educação; Avante - Educação e Mobilização Social; Comunidade Educativa (Cedac); Cidade Escola Aprendiz; Centro de Inovação para a Educação Brasileira;

	Centro de Implementação de Políticas Públicas para Equidade e Crescimento (Cippec); El Diálogo - Fundación Lúminis (Espanha) Ensina Brasil; Fundação SM ; Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep); Instituto Avisa lá ; Instituto Ayrton Senna; Instituto Humanize; Instituto Inspirare; Instituto Reúna; Instituto Sidarta; Khan Academy; Open Society Foundations; Parceiros da Educação; Fundo Baobá; Movimento Profissão Docente ; Movimento pela Base Nacional Comum.
3º Grau	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert); Instituto de Qualidade no Ensino (IQE); Laboratório de Educação (Labedu) ; Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa; Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).
4º Grau	Instituto EDP (Portugal e Espanha); Instituto Cyrela; Instituto Mais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023, baseado na pesquisa de Evangelista, 2021.

Os agentes investidores sociais privados, conforme o censo GIFE (2020) são Institutos, Fundações e Fundos Filantrópicos que investem recursos privados voluntários de forma planejada, monitorada e sistemática para iniciativas sociais, ambientais, culturais e científicas de interesse público. São organizações que captam recursos e também aquelas que possuem recursos próprios e executam suas próprias iniciativas e/ou repassam seus recursos para terceiros. Destacamos que, embora a origem dos recursos dessas organizações seja privada, sua finalidade é pública. Vejamos o perfil da organização e os locais de atuação dos APH com interesse na **formação de professores**:

Quadro 2 - Associados GIFE com atuação da formação de professores

Nome da organização	Perfil	Atuação na formação de professores ou educadores	Local
1. Fundação Bunge	Fundação/Instituto Empresarial	Ações de formação de educadores, voluntariado corporativo em escolas da rede pública e preservação de memória empresarial.	SP

*A atuação dos aparelhos privados de hegemonia na formação
continuada dos professores da Educação Básica*

2. Fundação SM	Fundação/Instituto Empresarial	Estímulo à formação continuada e valorização do professor, fomento à leitura e produção literária, apoio a atividades e projetos socioeducativos e pesquisa educacional.	SP
3. Instituto Conceição Moura	Fundação/Instituto Empresarial	Atuação via Projetos de Engajamento Social e Educação de qualidade: Líderes Educadores; Comunidade de Aprendizagem; Gestão da Educação; Formação de Educadores Formação técnica para melhoria do desenvolvimento escolar.	PE
4. Itaú Social	Fundação Instituto Empresarial	Desenvolve, implementa e compartilha tecnologias sociais para a formação de profissionais da educação e no fortalecimento de organizações da sociedade civil.	SP
5. Insper	Parceiro academia	Formação docente para a educação híbrida e uso de recursos educacionais digitais em todos os campos, nas formações iniciais com componentes da formação híbrida do ensino online.	SP
6. Instituto João e Maria Backheuser	Fundação/Instituto Familiar	Projeto TransFormar de formação continuada para professores e gestores para aprimoramento da gestão do sistema educacional e a performance do corpo docente.	RJ
7. Instituto Península	Fundação/Instituto Familiar	Formação de professores qualificados; oferece cursos de graduação, extensão universitária e pós-graduação.	SP
8. Instituto Singularidades	Instituição sem fins lucrativos	Formar professores que sejam agentes transformadores da realidade. Oferece cursos de Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Cursos Online e Consultoria.	SP

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do website do GIFE, 2023.

A pesquisa do grupo GREPPE, faz a relação com os fatores da privatização sobre as dimensões de gestão e do currículo e sobre as



estratégias de formação continuada: contratação de assessorias, transferências da gestão escolar para instituições privadas, introdução de mecanismos de avaliação de desempenho institucional e de formas diretas ou indiretas de “premiações”, como bônus por produtividade aos trabalhadores da educação. Já na dimensão do currículo as estratégias são a compra ou aquisição de insumos curriculares de qualquer natureza, incluindo o formato digital; desenhos curriculares, formação em serviço, avaliação de desempenho de estudantes e atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório.

Cruzando os dados do Censo GIFE 2020 sobre a atuação do setor privado na formação de professores e a Pesquisa do Grupo GREPPE, chegamos a três instituições com atuações sobre as dimensões de gestão e currículo, na qual também reconhecem a atuação no trabalho e na formação de professores ou educadores: 1. Fundação Itaú nos estados do Pará, Rondônia, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo; 2. Instituto Península, em Rondônia, Mato Grosso e São Paulo e 3. Instituto Singularidades no Pará.

A partir das três pesquisas, aqui identificadas, tentamos demonstrar a localização e entender a arquitetura de atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia concentrados no projeto de formação continuada dos professores da Educação Básica. Um exemplo da dominação dos APH na rede pública é o Movimento Profissão docente (identificado na pesquisa de Evangelista 2020). Trata-se de um movimento denominado para a valorização dos professores, organizado pela Fundação Lemann, Fundação Telefônica, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Unibanco e Itaú BBA e Itaú Social, descrito como iniciativa da sociedade civil dedicada à valorização e profissionalização da carreira docente mas que nas propostas induzem aos docentes uma formação continuada de curta duração que trabalha de forma imediata e prática os problemas estruturais da escola pública com foco nas habilidades socioemocionais e nos conteúdos para o mercado de trabalho e o empreendedorismo. Em nossa pesquisa, com o entrecruzamento de dados, esses institutos atuam nos seguintes estados: Fundação Itaú, nos estados do Pará, Rondônia, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo; e o Instituto Península, em Rondônia, Mato Grosso e São Paulo.

A presença do APH: mecanismos e estratégias sobre a profissionalização docente

A primeira estratégia observada a partir da primeira pesquisa aqui analisada foi a **atuação em rede**, na qual, as instituições, fundações e ONGs vão assumindo projetos ou frentes para atuação. Um exemplo mais forte na formação de professores é a constituição do Movimento Profissão Docente. Trata-se de uma coalisão desses APHs que apresentam uma proposta sobre a formação do docente de educação Básica desde o ano de 2018. Na pesquisa de Evangelista (2021) aparece no 2º grau, todo o Movimento Profissão Docente composto pela Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Telefônica, Instituto Natura, Instituto Península e Instituto Unibanco, com o apoio do Movimento Todos Pela Educação. E também no primeiro Grau se repetem o Instituto Natura, o Instituto Península e a Fundação Lemann, APH central na organização dos demais APHs sobre a formação de professores. Confirmando a atuação sobre a formação docente, figuram no Censo grupo empresarial GIFE 2020, o Itaú Social, o Instituto Península. Esses últimos também aparecem na pesquisa do Grupo GREPPE (2020), caracterizando uma ação em rede e uma coalizão que toma força a partir da participação segura no governo federal e com o aval do Ministério da Educação, o que seria um segundo mecanismo, a atuação por dentro do Estado.

O próprio termo *movimento* utilizado pela rede de APHs traz a ideia de um conjunto de instituições que legitimamente lutam por uma qualidade na educação, e, assim, facilmente a sociedade e o grupo de educadores podem levar o reconhecimento desse “movimento” como legítimo e adotar suas estratégias de modo muito perspicaz.

Uma segunda estratégia é a atuação política e institucional interferindo na construção da legislação sobre as parcerias público-privadas na educação. Como forma de reger as parcerias público-privadas, o movimento empresarial Todos pela Educação elaborou um Projeto de Lei nº 5.182 de 2019, apensado do PL nº 2.417 de 2011, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 1, de 23 de janeiro de 2012 denominando os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs). O projeto encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Tais arranjos normatizam e, de acordo com Carvalho e Pires (2020) propõe “um formato de colaboração horizontal entre os municípios na organização dos sistemas de ensino em parceria com fundações e associações de empresas que atuam no setor educacional”(Carvalho e Pires, 2020, p.2). Temos esse movimento de aproximação entre setor público e privado sendo consolidado desde o Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDRAE) (BRASIL, 1995), na década de 1990 modificando as relações sobre a gestão pública com a perspectiva de que com a participação do setor privado

as instituições públicas poderiam se beneficiar com o modelo de gerenciamento mais eficiente, mais produtivo e com menos custos. A pesquisa de Carvalho e Pires (2020) apontam que os ADEs seriam, na verdade, uma nova estratégia de disputa do fundo público e as entidades da sociedade civil, conforme o referido projeto de Lei serão:

uma organização da sociedade civil de interesse público, instituída nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999: II – uma associação de municípios, constituída como associação civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; III – uma entidade de gestores de redes públicas de educação básica, constituída como associação civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; ou IV – uma organização social, instituída nos termos da 13.019, de 31 de julho de 2014 (PL 5.182/2019 art. 4º §1º).

E ainda, essa entidade poderá:

articular a assistência técnica e receber recursos de assistência financeira da União, com vistas à implementação das ações coordenadas pactuadas pelos entes envolvidos no ADE[...], podendo, para tanto, firmar termo de parceria, termo de cooperação, termo de fomento, acordo de cooperação, convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo (PL 5.182/2019 art. 4º §2º).

Um dos **eixos de atuação dos acordos de cooperação admitidos pelos ADEs será a formação dos profissionais da educação**, além da gestão educacional, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Esse movimento facilitaria a articulação público-privada de entidades privadas já organizadas em rede.

A terceira estratégia que identificamos nas propostas de formação via APHs, no caso identificada no movimento profissão docente, é a existência de **um reconhecimento de boas práticas baseados em experiências e evidências** que são os resultados das avaliações em sistemas municipais e estaduais que compõem a arquitetura dessa estratégia. A última publicação – de 2023 - do Movimento Profissão Docente promovido pela Todos pela Educação, Fundação Lemann, Instituto Península, Itaú Social, Instituto Natura,

Instituto Unibanco e Fundação Telefônica Vivo, traz o modelo de educação do município de Sobral no qual a formação dos professores é gerenciada por uma Organização Social sem fins lucrativo, a Escola de Formação Permanente do Magistério de Sobral e Gestão Escolar – ESFAPEGE. Segundo o documento “*A Política de Formação Continuada de Sobral/CE*”, 2023:

A contratação de uma organização social se dá por meio de chamada pública e o contrato de gestão é uma peça chave deste trabalho[...] Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária. São responsáveis pela prestação de serviços públicos não exclusivos do Estado, sem a finalidade de obtenção de lucros, no objetivo de que sejam melhores executados por entidades particulares, ainda que financiados pelo Poder Público (Movimento Profissão Docente, 2023, p. 39).

A composição da referida OS é próxima a estrutura de uma empresa privada com Conselho Administrativo, jurídico e financeiro, Diretorias Pedagógica e Administrativa/Financeira e Coordenações das áreas específicas para a execução de um plano de 15 metas. No caso, cabe a Secretaria Municipal de Educação estabelecer o cronograma anual de formações, garantir a assiduidade dos docentes, definir o conteúdo programático, o compartilhamento de qualquer informação que possa impactar o processo de formação dos professores, revisar e validar os materiais formativos, e organizar as reuniões de devolutivas (feedback) para a Escola de Formação. A Organização Social ESFAPEGE de Sobral/CE é responsável por: operacionalizar e garantir os conteúdos das formações de acordo com o calendário anual; fazer registro da presença dos professores, comunicando a Secretaria das faltas; acompanhar por meio de visitas às salas a utilização de materiais e das metodologias trabalhadas nas formações, elaborar cadernos e manuais de atividades complementares para implementação do currículo de Sobral - anos iniciais e finais do ensino fundamental, elaboração de materiais didáticos EJA, de leitura oral, cadernos de avaliação com itens, planos de curso/cronograma de atividades e cadernos de atividades complementares (Movimento Profissão Docente, 2023, p. 41).

Sobre os aspectos listados das atribuições de cada ente parceiro público e privado, identificamos que os professores são tomados por protagonistas na execução dos materiais e avaliação de desempenho, mas não na elaboração



do material que irão utilizar ficando suas decisões restringidas ao âmbito da sala de aula. Assim, há um distanciamento de quem pensa a formação de professores e de quem realiza o trabalho docente.

CONCLUSÕES

Podemos concluir sobre a expressiva expansão de instituições de interesses privados na formação de professores da rede pública no país. A presença dos APHs tem orientado a formação continuada de professores estabelecendo um plano de formação por dentro do Estado. Esse movimento tem como base legislações pensadas pelos mesmos APHs. Além da organização em rede e atuação política e institucional interferindo na construção da legislação sobre as parcerias público-privadas na educação, o projeto hegemônico para a formação docente inclui as estratégias da privatização: intervenções na gestão escolar, nos currículos, na produção de material didático, no *lôcus* de formação, no sistema de avaliação, entre outros, aparecem nitidamente nas propostas de parcerias público-privadas nas redes de ensino e atingem diretamente a formação continuada dos docentes da Educação Básica.

Cada fonte de dados utilizada mostrou resultados que contribuíram para a identificação tanto as instituições privadas que atuam sobre a formação do docente da Educação Básica quanto as estratégias dessa atuação.

Além disso, há um projeto hegemônico para a formação continuada docente da Educação Básica que modifica o *lôcus* de formação para as entidades privadas e conduz uma política de cunho neoliberal e por dentro do Estado, de meritocracia mediante os desempenhos – de estudantes e professores - dependente de um sistema de avaliação externo que possa mensurar o desempenho dos estudantes. Este projeto segue em curso em nível nacional na atualidade e necessitaria de uma discussão objetiva com possíveis proposições que minimizem a entrega da formação continuada a gestão feita pelos Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam nas parcerias público-privadas. Trata-se de debater as mudanças no trabalho docente a partir da relação ambígua entre as Secretarias estaduais ou municipais e os APHs , inclusive silenciando todo debate sobre a implementação de um subsistema nacional de formação de professores tal como nos aponta a ANFOPE e Curado Silva (2017) que por muitas vezes são bem aceitos pelos professores e sociedade em geral, por cooptarem termos que são caros para nós educadores como a ideia de movimentos, competências, avaliação, mas que no caso, trazem uma intencionalidade refletida nas orientações de cunho neoliberal

como se escola fosse uma empresa: gerencialismo, desempenho, meritocracia, competências (BNCC), cumprimento de metas; auto responsabilização por sua própria formação (no caso dos docentes) e pelos resultados, medidos por parâmetros externos. Além disso, esses APHs trazem a ideia soluções prontas, com formações ligadas ao uso de materiais equivalentes a receitas, como se fosse possível serem utilizados para todos os estudantes de igual forma, sem as devidas mediações, garantindo-se um efetivo sucesso nas aprendizagens.

O deslocamento da gestão pública sobre a formação continuada para a gerência empresarial, ao sinalizar o caminho para uma profissionalização podem estar contribuindo na verdade para uma desprofissionalização, tendo em vista que os mecanismos utilizados pelos APH na formação de professores e as novas relações para o trabalho docente na educação básica , não reconhecem o docente da escola pública como produtor de conhecimento e como capaz de pensar novas práticas com autonomia, como um intelectual orgânico a partir da compreensão gramsciana.

REFERÊNCIAS

Anderson, Gary. Privatizando subjetividades: como a Nova Gestão Pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 593–626, 2017. DOI: 10.21573/vol33n32017.79297. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79297>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Brasil. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em 12 fev.2022.

Brasil. **Projeto de Lei nº 5.182/2019**. Dispõe sobre Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1811235&filenome=PL%205182/2019. Acesso em: 12 mar.2023.

Brettas, Gabriela. **Censo GIFE 2020**. Coordenação Carolina Magosso [et al.]. 1ª. ed. GIFE, São Paulo, 2021. livro eletrônico. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>. Acesso em jun.2022.

Carvalho, Elma Júlia Gonçalves de; Pires, Daniela de Oliveira. Arranjos de Desenvolvimento da Educação: da parceria público-privada à disputa pelo fundo público educacional. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

Coutinho, Carlos Nelson e Teixeira, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. RJ, Civilização Brasileira, 2003.

Curado, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro et al. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico emancipadora. **Revista de Ciências Humanas**, v. 18, n. 02, p. 121-135, 2017.

Evangelista, Olinda. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. **Outubro, Revista de estudos socialistas**. nº 35. Autonomia Literária, São Paulo, 2021.

Evangelista, Olinda; Seki, Allan Kenji; Souza, Artur Gomes de; Tilton, Mauro; Avila, Astrid Baecker (org). **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

Evetts, Julia. Professions in turbulent times: changes, challenges and opportunities. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 88, p. 43-59, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/4955>. Acesso em 13 fev. 2022.

Freitas, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da educação**: Nova Direita, velhas ideias. São Paulo. 1ª Edição. Expressão Popular, 2018.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Hoeveler, Rejane Carolina. O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em 12 maio 2022.

Movimento Profissão Docente. **A política de formação continuada de Sobral (CE): Foco na prática docente e na aprendizagem dos estudantes**, 2023. Disponível em: www.profissaodocente.org.br/_files/ugd/1f15e7_7f34252311d14f93a97d3ac8f6ccc43d.pdf. Acesso em junho de 2023.

Netto, José Paulo. **Introdução ao Estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Osborne, David; Gaebler, Ted. **Reinventando o Governo**. Sérgio Fernando Guareschi Bath (Tradutor). Rio de Janeiro: Editora Comunicação, 1995.

Robertson, Susan; Verger, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 1133-1156, 2012.

Venco, Selma; Bertagna, Regiane Helena; Teise, Garcia. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018). Coleção: Estudos sobre a privatização no Brasil. Vol. 2. Pedro e João editores. São Carlos, 2021.

Submissão em 16 de agosto de 2023.
Aceite em 24 de abril de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição
4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e259508 [2024]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.259508>